



**JUN-02**

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
*Fundada em 19 de dezembro de 1978*

Brasília, 19 de junho de 2019.

## **GREVE GERAL E REPRESSÃO NOS ATOS**

Trabalhadoras e trabalhadores de todos os estados e o Distrito Federal pararam o país, na última sexta-feira (14), contra a proposta de Reforma da Previdência – (PEC 06/19), pelo direito à aposentadoria e contra os demais ataques e retirada de direitos. Conforme dados das Centrais Sindicais, cerca de 45 milhões de pessoas em mais de 300 municípios aderiram à paralisação de 24h.

A FASUBRA considera que a Greve Geral foi muito exitosa, todas as IPE (Instituições Públicas de Ensino) participaram do movimento, contra os cortes na Educação Pública e o fim da Seguridade e da Previdência Social, greve legítima em defesa de direitos assegurados na Constituição de 1988, e que hoje estão sendo retirados pelo governo, embora a truculência militar que inclusive manteve detido o coordenador da FASUBRA Yghor Alves, no Rio de Janeiro, e que deixou diversos manifestantes machucados em todo o país. Veja nota abaixo.

Graças a articulação entre Movimentos Sociais, houve um recuo do relator em relação a tornar o texto da reforma da previdência um pouco menos nocivo para os trabalhadores. É lamentável que o presidente da República e o ministro Paulo Guedes não tenham sensibilidade para ouvir o clamor que vem das ruas do conjunto da população brasileira.

O dia 14 de junho entrou para a história como o dia em que trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, de todos os setores disseram não à reforma proposta por Bolsonaro. Mas é preciso intensificar as ações na busca da construção de um movimento nacional de resistência. Nesse sentido, a FASUBRA continuará as articulações com as demais entidades e centrais sindicais, para construir um calendário de lutas.

**JUN-02**

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
*Fundada em 19 de dezembro de 1978*

## **NOTA DE REPÚDIO À DETENÇÃO DO COORDENADOR YGHOR ALVES**

Na sexta-feira, dia 14/06, dia da Greve Geral em todo o país, durante o ato no Rio de Janeiro, o coordenador da FASUBRA Sindical Yghor Alves foi detido. Além dele, também um trabalhador da base da federação, Esteban Crescente, ambos técnico-administrativos da UFRJ.

Ao final do ato, sob forte truculência policial, os companheiros foram abordados e revistados. Em seguida, os policiais, sem justificativa, os agrediram com chutes e cassetetes e os encaminharam para a Delegacia para averiguação. No caminho até esta, deram voltas a esmo pelo centro do Rio de Janeiro com os dois detidos no carro.

Após averiguação da inocência de Yghor e Esteban, foram liberados depois da chegada da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

A FASUBRA Sindical se solidariza com os companheiros e repudia veementemente tal ação truculenta do Polícia Militar do Rio de Janeiro para com militantes sociais que estavam exercendo seu legítimo direito a manifestação.

## **O GOLPE NA EDUCAÇÃO: NOMEAÇÃO DE REITORES FERRE AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA**

Dando sequência aos ataques à educação pública, o ministro da Educação Abraham Weintraub e o presidente Bolsonaro nomearam recentemente em diversas IPE (Instituições Públicas de Ensino) reitores que não participaram das listas tríplices compostas nos colégios eleitorais ou que foram os últimos colocados na consulta à comunidade. Os reitores foram empossados nesta quarta-feira (19).

Desde o processo de redemocratização em 1985, a FASUBRA Sindical luta para que os candidatos a reitor sejam escolhidos pelos colégios eleitorais, conforme consulta prévia à comunidade universitária, democraticamente ouvindo a vontade dos três segmentos que compõem essa comunidade (servidores docentes, técnico-administrativos (as) em Educação e estudantes) e que o 1º colocado seja empossado.



A FASUBRA repudia veementemente a nomeação de candidatos que não se submetem à consulta feita a comunidade universitária e se candidatam diretamente no colégio eleitoral, onde o voto legal se dá na proporção de 70% para os servidores docentes e 30% para os demais (técnico-administrativos em Educação e estudantes), não expressando assim a vontade das urnas, mas de apenas uma parcela dos segmentos envolvidos.

Outrossim, repudia a postura antidemocrática do ministro da Educação Abraham Weintraub e do presidente Jair Bolsonaro, por não respeitarem a autonomia universitária expressa na Constituição Federal e propiciarem um golpe nas IPE empossando oportunistas e interventores. Nomeações contrárias à comunidade universitária

A edição desta terça-feira (18) do Diário Oficial da União (DOU) trouxe o nome de dois reitores que não foram os eleitos seguindo a lista tríplice: da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). A primeira nomeação contrariando decisão democrática da comunidade foi da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no último dia 11 de junho. Três instituições ainda aguardam nomeação: a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o Cefet-RJ, e a Universidade Federal do Ceará (UFC).

A professora Mirlene Ferreira Macedo Damázio nomeada como reitora temporária da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) sequer fazia parte da lista tríplice e nunca concorreu às eleições na universidade. Já na UFTM, o professor Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo foi o 2º colocado, com 24 votos, sendo que em 1º lugar foi eleito Fábio Cesar da Fonseca, com 31 votos. No caso da UniRio, o professor Ricardo Silva Cardoso escolhido para o cargo era o atual vice-reitor e também não participou da eleição prévia, o que criou uma crise na universidade. Cardoso ofereceu sua candidatura diretamente ao colégio eleitoral e foi eleito com 65 votos. Entretanto, na consulta à comunidade quem foi vencedor foi o professor Leonardo Villela de Castro.

Em nota de repúdio, o SINDTTAE/UFTM afirma que a nomeação “fere a moralidade cidadã” e que toda a comunidade da UFTM resistirá “contrariamente ao modelo antidemocrático do atual governo”. [Veja nota na íntegra.](#)

**Reitor eleito tem que ser empossado!**



**JUN-02**

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
*Fundada em 19 de dezembro de 1978*

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

A Audiência Pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, ocorrida na terça-feira (18) com a presença do ministro da Advocacia Geral da União-AGU, André Luiz de Almeida Mendonça, debateu sobre a ADPF 548 que trata da propaganda política feita dentro das escolas e universidades públicas. O ministro defende o controle ideológico dentro, principalmente, das universidades públicas. Durante sua explanação, citou vários artigos da Constituição e de decisões do STF em relação à liberdade de expressão e à autonomia universitária que, segundo ele, não dá o direito de se fazer propaganda subliminar, capciosa, dissimulada e direta em espaços públicos.

Contestando as afirmações do ministro, falaram os deputados Edmilson Rodrigues e Glauber Braga do PSOL, deputada Natália Bonavides PT/RN e Reginaldo Lopes PT/MG que citaram fatos de repressão ocorridos em universidades, durante e depois das últimas eleições, como a presença da polícia nos campus, retirada de faixas alusivas a fatos como a morte da Marielle Franco, a nomeação de reitores pelo presidente, que não foram eleitos pelas comunidades universitárias, como é o caso da UFTM. Contrapondo às falas dos deputados da esquerda, falou o deputado Carlos Jordy PSL/RJ defendendo as decisões da AGU e STF que apoiam o fim da liberdade de expressão e autonomia universitária, proibindo manifestação político-partidária com qualquer tipo de propaganda dentro das universidades.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

## NOTA DAS CENTRAIS SINDICAIS



### Nota das Centrais Sindicais sobre a greve nacional de 14 de junho de 2019

As Centrais Sindicais, reunidas nesta segunda-feira, 17/06, avaliaram como muito positiva a greve nacional realizada em 14 de junho, que promoveu paralisações em centenas de cidades e em milhares de locais de trabalho, além de atos e passeatas contra o fim da aposentadoria, os cortes na educação e por mais empregos. O sucesso da mobilização é resultado da unidade de ação do movimento sindical, construída ao longo do tempo e renovada nas deliberações das assembleias em locais de trabalho, em plenárias por categoria e intercategorias; e da articulação com os movimentos sociais, populares, estudantil e religiosos.

Essa greve, que atingiu 45 milhões de trabalhadores em todo o país, é um movimento que terá continuidade, com a ampliação da unidade de mobilização.

Nosso próximo passo será, em breve, entregar aos presidentes da Câmara e do Senado abaixo-assinado contra a proposta de reforma da Previdência do governo, com centenas de milhares de assinaturas coletadas em todo o país.

Nossa prioridade será a definição e construção, em reunião marcada para 24 de junho, das ações para ampliar a mobilização e a pressão contra a retirada dos direitos da Previdência e da Seguridade Social.

Agradecemos o compromisso de dirigentes, ativistas e militantes, o envolvimento dos movimentos sociais e a cobertura de toda a mídia. De outro lado, repudiamos as iniciativas de práticas antissindicais que visaram criminalizar a força e a luta dos trabalhadores.

Na unidade, construímos nossa capacidade de luta, que será contínua durante toda a tramitação da PEC no Congresso Nacional.

## CALENDÁRIO

### JUNHO

28	DIA INTERNACIONAL DO ORGULHO LGBTI
----	------------------------------------

### AGOSTO

13 e 14	MARCHA DAS MARGARIDAS – Brasília/DF
---------	-------------------------------------